

FORMAS DE TRATAMENTO NO PORTUGUÊS ARCAICO: CONTRIBUIÇÕES DO TEATRO PORTUGUÊS QUINHENTISTA

Leonardo Lennertz Marcotulio
Universidade Federal do Rio de Janeiro
leonardo.marcotulio@gmail.com

RESUMO:

A partir da análise da obra teatral *Farsa de Inês Pereira*, escrita por Gil Vicente no início do século XVI, o objetivo deste trabalho é levantar elementos que permitam compreender o sistema de formas de tratamento em vigor no português arcaico. Para tanto, a partir de pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística laboviana aliados a uma abordagem pragmática, discutimos como se configura a variação entre as formas de 2ª pessoa do singular *Tu* e *Vós*, de modo a investigar se a forma de cortesia *Vós* ainda apresentava carga de polidez ou se já se manifestava como uma variante de *Tu*, com ou sem motivação pragmática para o seu uso.

PALAVRAS-CHAVE:

Formas de tratamento; Português Arcaico; Variação; Mudança.

ABSTRACT:

From the analysis of the theatrical work *Farsa de Inês Pereira*, written by Gil Vicente in the early sixteenth century, the aim of this work is to seek for evidences that allow us to understand the addressing system in Old Portuguese. Considering the theoretical and methodological assumptions of Labovian sociolinguistics combined with a pragmatic approach, we discuss the variation between forms of second person singular *Tu* and *Vós*, in order to investigate whether the pronoun *Vós* was still polite or if it was already a variant of *Tu*, with or without pragmatic motivation for its use.

KEYWORDS:

Forms of address; Old Portuguese; Variation; Change.

Introdução

A língua latina conhecia apenas um pronome para tratar a 2.^a pessoa do singular: *Tu*. Independentemente da posição hierárquica ocupada na sociedade, todos os membros utilizavam e recebiam a mesma forma. Para o plural, estava reservado o pronome *Vos*.

De acordo com Brown e Gilman (1960), esse sistema se mantém estável até meados do século III d.C. Com a fragmentação do Império Romano do Ocidente, houve a necessidade, de modo a zelar pela uniformidade em decadência, da presença de dois imperadores romanos. A primeira hipótese para a criação de uma forma de cortesia está relacionada ao discurso dos imperadores. Com o intuito de incluir o outro imperador no discurso, para que não houvesse divergência de ordens, um imperador se tratava por *Nos* e, em resposta a essa forma, o povo começa a utilizar a forma *Vos*, ainda que para somente um interlocutor, na tentativa de não deixar de fora a figura do outro imperador. A segunda hipótese é a mão inversa dessa história. A iniciativa teria vinda do povo, que começa a tratar o imperador por *Vos*, e este, em resposta, se trata por *Nos*. Estava criada, assim, uma forma de tratamento cortês. A nova forma, com paradigma verbal e pronominal da segunda pessoa do plural, era utilizada para somente um interlocutor, com conteúdo semântico de cortesia e distanciamento, associado à figura de maior prestígio na sociedade romana.

A forma de cortesia *Vos*, no entanto, começou a ser utilizada para outros estratos sociais próximos à figura do imperador, como membros do clero e da alta nobreza¹. Com o tempo, outras camadas menos nobres passam a recebê-la também. Como consequência, a forma cortês *Vos* perde traços semânticos de cortesia, sendo usada, cada vez mais, para camadas inferiores da sociedade.

A partir dessa motivação externa, no século XV, observamos a introdução, no sistema de tratamentos, da primeira estratégia nominal: *Vossa Mercê*². O mesmo processo de *desbotamento semântico* também acontece com a nova fórmula, até a obtenção da forma *Você*³. Outras estratégias nominais surgem, também, no sistema, de modo a integrar a complexidade do quadro de tratamentos⁴.

1 “O novo plural de cortesia teve um sucesso enorme. Nos meados do século VI, já não eram só imperadores (...) que o recebiam dos seus súditos, mas também bispos, altos funcionários e outras personalidades importantes” (LUZ, 1958, p. 27).

2 Para uma perspectiva formal sobre a gênese da forma de tratamento *Vossa Mercê* na gramática do português arcaico, ver Marcotulio (2012).

3 Luz (1958) aponta para o ano de 1666 o primeiro registro dessa forma.

4 Para Cintra (1972), Luz (1958) e Faraco (1996), entram as formas *Vossa Senhoria*, *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza* e *Vossa Excelência*, sendo, pela primeira vez, registradas em 1434, 1442, 1450 e 1455, respectivamente.

Em relação ao período arcaico do português, objeto de nossa investigação, Cintra (1972), Luz (1958) e Domingos (2000), a partir de crônicas, novelas de cavalaria, atas das cortes dos séculos XIV e XV e peças de Gil Vicente datadas do século XVI, afirmam que, nesse período, em relação às formas pronominais de tratamento, a forma *Tu* é utilizada no campo da intimidade e a forma *Vós* no campo do tratamento distante e de cortesia⁵.

Quanto à utilização das formas em função da relação entre diferentes papéis sociais, os autores concordam em dizer que a forma *Tu* era usada em relações pai / mãe – filho, entre amigos de idade e condição social próxima ou idêntica e, por fim, em relações de superior para inferior, como a relação nobre – súdito, por exemplo. Entretanto, esse último emprego não é de intimidade como os demais, mas um tratamento depreciativo em virtude da subordinação hierárquica do interlocutor. A forma *Vós*, por sua vez, era encontrada nas relações entre marido – mulher, filho – pai / mãe e entre irmãos.

Em relação ao valor que a forma *Tu* aportava, parece não haver dúvidas, reservando-se para o campo da intimidade ou subordinação social. O mesmo não pode ser dito em relação à forma *Vós*. Como estava em pleno processo de declínio social, os autores em questão não sabem precisar seu verdadeiro conteúdo, já que, de acordo com Cintra (1972, pp. 29-30), a forma *Vós* “não manteve durante [toda a Idade Média] o mesmo significado e valor”.

Por um lado, a forma *Vós* já não era a preferida para os membros das altas classes. Segundo Luz (1958), já no fim do século XV, as formas nominais alternativas eram mais utilizadas no tratamento ao rei do que o tradicional *Vós*. Sobre essa questão, Faraco (1996, p. 66) parece concordar, ao dizer que “é provável que durante o século XVI, com o uso generalizado dessas novas formas [nominais], *Vós* perdeu sua posição até se tornar completamente arcaico no século XVIII”. Por outro, no âmbito privado e no plano da intimidade, a forma *Vós* coexistia com o *Tu* íntimo. Para Cintra (1972), chama a atenção o fato de a forma *Tu* ser utilizada entre amigos próximos em contraste com o *Vós* utilizado entre marido e mulher. Qual seria, então, o valor da forma *Vós* no português arcaico? O quão cortês ainda era essa forma no século XVI? Como mensurar seu desgaste e precisar seus “indícios de fraqueza” (LUZ, 1958, pp. 29-30)?

5 “O sistema de tratamento no português da época de Gil Vicente aparece-nos, assim, à primeira vista mais próximo de um sistema com o que, herdado do latim, persistiu até hoje na língua francesa – com o seu *Tu* de intimidade e o seu *Vous*, quase universal, de cortesia” (CINTRA, 1972, p. 45).

Tendo em vista o panorama exposto para o século XVI, apresentamos alguns problemas que esse estudo tentará responder: (i) Como se configura a distribuição entre as formas *Tu* e *Vós* no português quinhentista?; (ii) Que valor assume a forma *Vós* para um único interlocutor? Seu uso se restringe, no século XVI, a relações assimétricas, entremostrando paralelismo ao uso original para os imperadores romanos?; (iii) Houve desgaste no uso de *Vós* para um único interlocutor? Seu uso já estava estendido, no começo do século XVI, às classes mais baixas e às relações mais íntimas?

Com o intuito de contribuir para essa discussão, o objetivo central deste trabalho é fornecer subsídios que permitam compreender as regras do tratamento em vigor no português arcaico, mais especificamente no século XVI, a partir da análise das formas de tratamento empregadas na obra teatral *Farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente. Como estamos lidando com o conceito de formas em variação, justifica-se a realização de um estudo sociolinguístico de natureza variacionista (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV, 1972; 1994). Com o intuito de apreender a motivação pragmática que subjaz o uso das formas de tratamento utilizadas, aliaremos, à primeira abordagem teórico-metodológica, uma análise qualitativa de natureza pragmática, através da utilização da Teoria da Polidez (BROWN e LEVINSON, 1987), na tentativa de capturar tais usos.

De modo a encaminhar as questões levantadas, apresentamos a nossa hipótese central de trabalho. Para tanto, fazemos uso do princípio do *Uniformitarismo*, postulado por Labov (1994), a partir do qual podemos utilizar o presente para entender o passado.

De uma forma geral, no português, as formas *Tu* e *Você* coexistem desde o século XVII. Trabalhos sobre o tema nos mostram que, nos séculos XVIII e XIX, ainda que disputassem espaço em alguns contextos, a forma gramaticalizada *Você* ainda aportava resquícios de formalidade da forma original *Vossa Mercê* e, quando utilizada, tinha um uso motivado pragmaticamente (RUMEU, 2004, 2013; BARCIA, 2006; MARCOTULIO, 2010; dentre outros). No final do século XIX e durante o século XX, já podemos ver um comportamento da forma *Você* como variante de *Tu* (LOPES e MACHADO, 2005; MACHADO, 2006; RUMEU, 2013; LOPES e CAVALCANTE, 2011; dentre outros). De igual forma, como o pronome *Vós* foi perdendo seu prestígio em detrimento das novas estratégias nominais gramaticalizadas, sendo utilizado para membros menos nobres na hierarquia social, é possível que tenha coexistido nos mesmos domínios funcionais de *Tu*. Como acontece com a forma *Você*, pensamos que a forma *Vós* pode ter sido, em algumas relações específicas, variante de *Tu*.

A coexistência, nas mesmas relações sociais, pode ser dividida em dois momentos: (i) num primeiro estágio, a forma inovadora *Vós*, ocupando os domínios outrora ocupados apenas pelo *Tu*, apresenta um uso mais marcado, com algum tipo de motivação pragmática⁶; e (ii) num segundo momento, a forma *Vós* já não mais apresenta um uso motivado, podendo ser considerada como ‘variante perfeita’ de *Tu*. Essa sistematização pode ser visualizada no quadro abaixo:

Relações sociais	Formas de tratamento		
Assimétrica ascendente	<i>Vós</i>	Deferência / Superioridade social	
Assimétrica descendente	<i>Tu</i>	Depreciação / Inferioridade social	
	<i>Vós</i>	Depreciação / Inferioridade social	Estágio 1: com motivação pragmática - resquícios de cortesia
			Estágio 2: sem motivação pragmática - ‘variante perfeita’ de <i>Tu</i>
Simétricas	<i>Tu</i>	Intimidade	
	<i>Vós</i>	Intimidade	Estágio 1: com motivação pragmática - resquícios de cortesia
			Estágio 2: sem motivação pragmática - ‘variante perfeita’ de <i>Tu</i>
		Distanciamento	

Quadro 1. Uso das formas de tratamento em função das relações sociais.

A partir do quadro acima, a forma *Vós* seria a única estratégia possível nas relações assimétricas ascendentes (de inferior para superior), como sinal de deferência / superioridade social. A mesma forma poderia, também, ser encontrada em relações simétricas (entre membros de um mesmo grupo social) de

6 Ainda que não tenha sistematizado dessa forma, esse tipo de uso já chamava a atenção de Cintra (1972, p. 64), em relação à obra vicentina: “a escolha de um ou de outro [*Tu* ou *Vós*] nas alocações dirigidas a um personagem depende, muitas vezes, da intenção de Gil Vicente no passo em questão e não de normas fixadas na linguagem da época”.

maior distanciamento. A forma *Tu*, por sua vez, seria reservada para as relações assimétricas descendentes (de superior para inferior), como marca de depreciação / inferioridade social, e para as relações simétricas de maior intimidade.

Assim como acontece com a forma *Você* nos séculos XVIII – XX, é provável que a forma *Vós* tenha começado a disputar espaço, ainda que timidamente, com a forma *Tu* nos domínios desta última forma, mais especificamente nas relações assimétricas descendentes e nas relações simétricas mais íntimas. Os primeiros usos seriam, portanto, mais marcados, motivados por algum fator de natureza pragmática (estágio 1), e dariam, conseqüentemente, lugar a usos não-marcados, o que evidencia o mesmo valor de verdade nas formas em competição (estágio 2).

No entanto, argumentamos, aqui, que o panorama evolutivo da forma *Vós* não cumpriu esse caminho (valor original > estágio 1 > estágio 2), apresentando um desvio de percurso com a introdução das formas nominais de tratamento, a partir do século XV.

Com o ‘esvaziamento’ semântico de respeito e cortesia da forma *Vós*, seria necessário, em algum momento, que uma nova forma cortês entrasse no sistema de tratamentos do português. O que, talvez, impediu esse processo foi o fato de a forma *Vós* ainda aportar algum tipo de deferência e distanciamento.

O que sabemos é que, nos séculos seguintes, a forma *Vós*, com resquícios de formalidade, continua a ser usada em Portugal e no Brasil, ainda que com menor frequência do que as formas nominais (LUZ, 1958; CINTRA, 1972; RUMEU, 2004 e MARCOTULIO, 2010). Tendo se tornado um traço arcaizante no século XVIII, a forma *Vós* resiste em alguns tipos de textos, como os religiosos, como exemplos de Tradições discursivas (KABATEK, 2006).

Ora, o que acontece com a forma *Vós* para esta ter iniciado um processo de perda de traços de cortesia, chegando a coexistir com *Tu* em algumas relações, e ter seu uso praticamente ‘congelado’ após o século XVI como uma estratégia de cerimônia, chegando a um traço arcaizante nos séculos XVIII e XIX?

Voltando à via esperada, o ‘desgaste’ de *Vós* teria começado a abrir um espaço no sistema. Quando estivesse ‘vazio’ de conteúdo de cortesia, esse espaço estaria pronto para receber outra forma. Uma necessidade social faria com que, no plano linguístico, a cortesia continuasse a ser marcada. A resposta talvez possa parecer simples: o desgaste de *Vós* recrutou a entrada da forma *Vossa Mercê* para o sistema. No entanto, a história não parece ser simples assim.

Como mencionado anteriormente, a forma *Vós* já não mais apresentava o prestígio original e, assim, entra no sistema uma forma nominal para a figura de maior prestígio na sociedade: o rei. Uma motivação social, em função das

evidências linguísticas, viabilizou esse processo. Tudo isso seria claro e aceitável se essa motivação tivesse advindo da sociedade que utilizava a língua portuguesa como língua de cultura. Entretanto, Cintra (1972) e Faraco (1996) convergem ao dizer que a origem da forma *Vossa Mercê* está relacionada com a criação da forma *Vuestra Merced* do espanhol. Como havia muitas trocas políticas e culturais na Península Ibérica, a nova forma da língua espanhola facilita seu aparecimento na língua portuguesa⁷.

Essa hipótese parece convencer. Um dos argumentos que se tem utilizado para tal é o fato de, segundo Cintra (1972), as leis de cortesia terem sido estabelecidas por Felipe II para fixar o uso das formas de tratamento inicialmente na Espanha, em 1586, sendo quinze anos depois instauradas por Felipe I, em Portugal. Cintra ainda afirma que, nos séculos XV e XVI, a forma nominal *Vossa Mercê* aparece em obras portuguesas principalmente na boca de personagens castelhanos.

A grande questão é: a língua espanhola, que também herdou o sistema dual de tratamentos do latim, registra ocorrências da forma *Vos* com total desgaste já no início do século XVI. Essa forma, em acentuado desprestígio social, já era usada em relações mais íntimas ou de superior para inferior, marcando inferioridade do interlocutor, contextos em que antes a forma *Tú* era categórica⁸. A forma *Vos* sofre, assim, um completo processo de dessemantização, passando de forma de maior prestígio à forma íntima, solidária e depreciativa.

O que pode ser visto é que o sistema do espanhol sentiu a necessidade de uma nova forma de tratamento, para carregar o conteúdo de cortesia que a forma *Vos* já não podia suportar. Abre-se uma lacuna e esta é preenchida pela forma *Vuestra Merced*. No português, temos indícios de que vivenciaríamos o mesmo processo. Entretanto, com a entrada da forma *Vossa Mercê*, via língua espanhola, o percurso toma um rumo diferente.

A estratégia nominal entra na língua portuguesa sem que tenha sido recrutada pelo sistema de tratamentos. Seu espaço começava a se abrir, mas ainda não era uma necessidade. Com isso, a forma *Vós* ‘cristaliza’ seu valor de uso, já que não está à altura da forma cerimoniosa *Vossa Mercê* e ainda não conseguiu chegar a ser uma variante perfeita de *Tu*. A entrada da forma nominal *Vossa*

7 Para Cintra (1972), a forma *Vossa Senhoria* e *Vossa Alteza* teriam, por sua vez, origem italiana.

8 “Menos resistente foi o *Vos* espanhol. No princípio do século XVI, “*vosear* a una persona implicaba, cuando no un insulto, una íntima familiaridad, o superior categoría social por parte del que habla” (PLA CÁRCELES, 1923, p. 215). Assim inferiorizado, foi acolhido pelo espanhol da América, onde ganhou profundas raízes, por se ver livre, em território americano, das pressões sociais a que estava sujeito na Península” (LUZ, 1958, p. 29).

Mercê freia o processo de dessemantização da forma *Vós*. Como resultado disso, é possível que a forma *Tu* tenha reafirmado seu caráter de intimidade e reconquistado os espaços que estavam em variação com *Vós*. Nos séculos seguintes, os autores convergem ao dizer que seu uso fica cada vez mais restrito, até se tornar um traço arcaizante no século XVIII. A figura a seguir mostra uma comparação entre o *Vós* português e o *Vos* espanhol no século XVI:

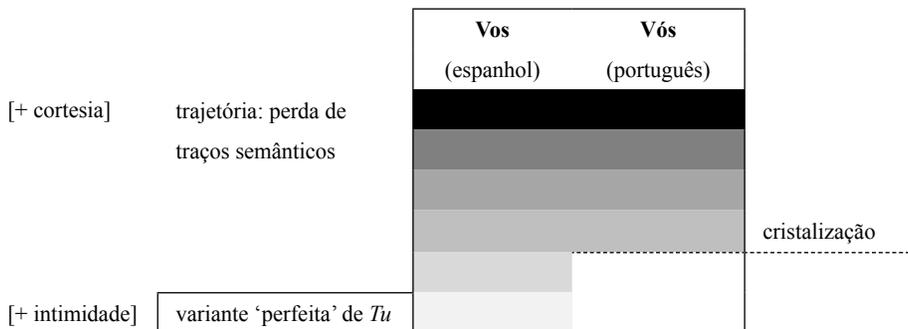


Figura 1. Processo de dessemantização do *Vós*, no português, e do *Vos*, no espanhol.

De acordo com a questão apresentada, postulamos que a nossa hipótese central de trabalho é a de que a forma *Vós*, no século XVI, tinha seu uso estendido a relações mais solidárias e de superior para inferior, entremostrando um estágio de dessemantização. Acreditamos, no entanto, que, em virtude do freio causado pela entrada das formas nominais no sistema, a forma *Vós* não chega a ser uma 'variante perfeita' de *Tu*, tendo seu uso, nas relações de domínios do *Tu*, motivados pragmaticamente.

Estamos conscientes de que um trabalho com apenas uma peça como *corpus* não seria suficiente para defender esta tese. Esse não é nosso objetivo. Trabalhar com formas de tratamento, relações sociais e usos motivados pragmaticamente exige uma abordagem detalhada que permita investigar a razão pela qual as formas de tratamento são atribuídas a determinados papéis sociais. Uma visão mais completa sobre o assunto somente será possível a partir de uma seleção de *corpora* diferenciados que retratem o período em questão. Assim, em função dos limites desse trabalho, nosso objetivo é obter elementos que nos auxiliem a refletir a validade da hipótese aventada.

Na próxima seção, apresentamos o nosso referencial teórico, em que discutimos a viabilidade da compatibilização teórica entre a Sociolinguística e a Pragmática. A seção 2 traz o enfoque metodológico utilizado nesta investi-

gação, com a apresentação do *corpus* e dos procedimentos adotados. Na seção 3, apresentamos a discussão dos nossos resultados. A essa seção seguem a conclusão e as referências bibliográficas utilizadas.

1. Referencial teórico

Como mencionado anteriormente, utilizaremos, neste trabalho, duas abordagens teóricas. Cabe-nos dizer que nosso objetivo não é criar uma terceira teoria, mas aproveitar o que cada uma fornece para o entendimento do fenômeno do tratamento.

A compatibilização de teorias, desde que começou a ser posta em prática, tem despertado muito interesse e críticas. Duas correntes teóricas podem ser submetidas a esse processo desde que apresentem pontos de interseção e diálogo. É provável que o fato de concebermos, muitas vezes, a terminologia ‘Sociolinguística’ como única e exclusivamente relacionada ao direcionamento laboviano, dificulte um pouco a questão. Entretanto, se abrirmos o campo de visão e entendermos que a Sociolinguística variacionista quantitativa, termo pelo qual é tradicionalmente conhecida, é apenas uma das formas de se fazer Sociolinguística, nossa visão começa a ficar mais clara. *Grosso modo*, sociolinguística é a parte da linguística preocupada em estudar os fatos linguísticos em relação aos fatos sociais, o que é necessário para englobar as duas teorias aqui utilizadas, ainda que apresentem direcionamentos distintos, porém interrelacionáveis. Assim, se considerarmos um rótulo mais abrangente para a sociolinguística, observaremos, como aponta Labov (1972), que sob esse rótulo repousam três correntes: a Sociologia da linguagem; a Etnografia da fala; e a Sociolinguística variacionista. A pragmática estaria inserida na interseção entre os dois primeiros campos.

De uma forma sucinta, para a sociolinguística (linguística *no* uso), a variação, e conseqüente heterogeneidade, é apresentada como uma realidade; no entanto, não constitui um “caos” linguístico, uma vez que é condicionada por fatores internos e externos. A pragmática (linguística *do* uso), por sua vez, leva em consideração os fatores extralinguísticos que determinam o uso da linguagem. Nesse sentido, são exatamente os fatores de natureza social que possibilitam a complementação de uma teoria a outra.

A sociolinguística estuda a variação e a mudança em relação às formas de tratamento, mas não tem por objetivo estudar as motivações e intenções comunicativas para o uso dessas formas. A Pragmática, por sua vez, não tem como

objetivo estudar a variação / mudança das formas de tratamento, mas a intenção de uso e o efeito que esse uso pode ter para o interlocutor. Propomos, assim, uma junção de teorias, desde que não se rompam as fronteiras e nem se desprezem as identidades individuais, mas que se preencham as lacunas existentes.

1.1 A sociolinguística variacionista

Os estudos sociolinguísticos, instaurados por Weinreich, Labov e Herzog (WLH) (1968), apresentam uma característica particular em relação aos estudos linguísticos anteriores: um novo conceito de língua, objeto de estudo da linguística. O pensamento imanentista vigente até então, de base estruturalista, concebia a língua como um sistema autônomo. A sociolinguística, por sua vez, apresenta uma concepção de língua como sistema heterogêneo, sujeito à variação e à mudança, além da implementação do componente social aos estudos linguísticos.

Dessa forma, podemos definir a sociolinguística como uma ciência que investiga a língua em uma determinada comunidade linguística, levando em consideração tanto aspectos linguísticos quanto sociais. O foco dos estudos dessa natureza está nos fenômenos variáveis, inerentes a qualquer sistema linguístico, podendo configurar, em um momento posterior, um caso de mudança. A variação, no entanto, não é aleatória; está condicionada por fatores internos (linguísticos / estruturais) e/ou externos (extralinguísticos / sociais). Essa heterogeneidade ordenada dá forma à concepção de língua para a sociolinguística. Cabe, assim, à sociolinguística investigar os fatores que condicionam o uso das formas, isto é, buscar entender a regularidade e a sistematicidade na variação.

A base desses estudos está no conceito de regra variável, isto é, quando duas ou mais formas linguísticas - formas variantes - podem ser utilizadas para transmitir o mesmo valor referencial⁹, em um mesmo contexto linguístico. Em

9 A teoria inaugurada por WLH (1968) utiliza dados da fonologia para comprovar empiricamente o modelo. Aplica-se, assim, a noção de variantes com o mesmo valor de verdade. Entretanto, como discute Lavandeira (1984), em outros níveis da língua (morfológico ou sintático, por exemplo), a noção de valor de verdade não seria a mais pertinente. De modo a compatibilizar o conceito clássico de regra variável com estudos que não sejam de natureza fonético-fonológica, as formas linguísticas são consideradas em variação desde que apresentem o mesmo valor básico referencial, nos mesmos contextos de realização. Em relação às formas de tratamento, objeto de estudo deste trabalho, não podemos assumir totalmente que apresentam o mesmo valor de verdade, mas sim o mesmo valor básico referencial, isto é, fazem referência à segunda pessoa do discurso, podendo, assim, ser aplicado a elas um estudo variacionista.

outras palavras, as variantes que constituem o fenômeno em variação (variável dependente) são possibilidades formais diferentes para a mesma função comunicativa e devem apresentar, em um nível da língua específico (lexical, morfológico, sintático, morfossintático, fonético, fonológico, fonético-fonológico, discursivo-pragmático) uma equivalência de significado.

Sendo o objeto de estudo da sociolinguística um sistema de regras variáveis, apresenta valor fundamental a noção de comunidade linguística em que esse sistema se instala (LABOV, 1972). É na comunidade de fala que se localiza o sistema variável, que coloca à disposição dos falantes as formas em variação. A comunidade de fala pode, assim, ser definida como um conjunto de falantes que compartilham os mesmos valores com relação à língua e reconhecem o significado social das formas variantes. No nosso caso, como estamos lidando com uma peça teatral do século XVI, sabemos que não estamos diante de uma comunidade linguística ‘verdadeira’, mas da tentativa do autor de caracterizar, o mais fielmente possível, a fala de um grupo social.

Quanto à natureza do material estudado, a Teoria da Variação e Mudança prioriza dados advindos da modalidade oral da língua, já que estes reproduzem (ou, ao menos, tentam se aproximar) a realidade da comunidade linguística, isto é, o vernáculo. De modo a sistematizar o funcionamento da variação nas línguas, Labov (1972) ressalta que é pela observação do vernáculo, estilo em que o mínimo de atenção é prestada à monitoração da fala, que se consegue a maioria dos dados sistemáticos para a análise da estrutura linguística. Novamente nos cabe, aqui, fazer uma ressalva em função das limitações / adaptações que temos de realizar nesta investigação. Sabemos que não estamos trabalhando com o vernáculo, mas sim com uma tentativa, por parte do autor, de sua representação.

Nesta investigação, como trabalhamos com uma sincronia pretérita (início do século XVI), utilizamos, obviamente, dados de textos escritos. Ainda que tais dados, como salienta Labov (1994), não reproduzem diretamente a realidade da língua, não sendo, portanto, ‘confiáveis’, constituem o único material disponível que nos resta, graças a acidentes históricos¹⁰. Com o intuito de minimizar esse problema, Labov (1994) adverte que podemos usar o presente para explicar o passado. Através da observação de fenômenos variáveis que estão,

¹⁰ A essa discussão, de se trabalhar com dados escritos de sincronias passadas e de se fazer ‘um bom uso dos maus dados’, Labov (1994) chama de ‘Paradoxo da Linguística Histórica’.

nesse momento, em operação, podemos inferir características dos processos que operaram no passado¹¹.

No tocante ao tratamento dos dados, utilizam-se modelos matemáticos que permitem um tratamento estatístico dos dados linguísticos¹², de modo a verificar os fatores mais importantes na análise da variação (GUY e ZILLES, 2007).

Este trabalho busca estudar diretamente a variação das formas de tratamento no início do século XVI e indiretamente a mudança linguística. Como optamos, em função dos limites deste trabalho, por um *corpus* bastante reduzido, estamos conscientes de que nossos resultados não nos permitirão generalizações, mas nos ajudarão a levantar perguntas que auxiliam na compreensão da mudança linguística que operou no sistema de tratamentos do latim ao português, mais particularmente no final do período arcaico da língua.

1.2 A abordagem pragmática

Segundo Levinson (1989), a pragmática é uma subárea da linguística e seu objeto de estudo é o significado da linguagem em uso. Aos pragmaticistas, interessam, assim, os princípios que regulam o uso da linguagem na comunicação, ou seja, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado por parte de um falante em uma situação comunicativa, como sua interpretação por parte do destinatário. A pragmática é, portanto, uma disciplina que leva em consideração os fatores extralinguísticos que determinam o uso da linguagem. Por trás da mensagem linguística existe uma mensagem subjacente que garante a intencionalidade e o propósito comunicativo de sua emissão.

Dentre as teorias pragmáticas, utilizaremos, neste estudo, a Teoria da Polidez, idealizada por Brown e Levinson (1987). De modo a construir sua teoria, os autores partem dos estudos sobre a *face* realizados por Goffman (1980) e caracterizam o ser humano como dotado de duas características principais: *racionalidade* e *face*. A primeira está ligada à capacidade que todo indivíduo tem de pensar sobre a melhor estratégia para um determinado fim, e a segunda subdivide-se em *face positiva* e *face negativa*, conceitos rebatizados dos originais *face* e *território* (GOFFMAN, 1980), respectivamente. A *face negativa* é

11 Essa ferramenta, que recebe o nome de ‘Princípio do Uniformitarismo’, deve ser vista com ressalvas, já que somente conseguimos obter algumas ‘pistas’, uma vez que há diferenças sociais entre os diferentes momentos em foco, o que, para o estudo das formas de tratamento, por exemplo, muito significam, visto que estas refletem diretamente as relações sociais.

12 Como será demonstrado na seção de metodologia, neste trabalho, utilizamos o pacote computacional Varbrul, em sua versão para Windows (Goldvarb X).

o conjunto dos territórios do ‘eu’ (território corporal, espacial, temporal, bens materiais ou simbólicos); e a *face positiva*, o conjunto das imagens valorizadas de si mesmos que os interlocutores constroem e tentam impor na interação.

Todos os atos que somos levados a produzir em uma determinada interação são, de certa forma, ameaçadores a uma das faces. Como temos a necessidade de produzi-los para que a interação aconteça, optamos por realizá-los mediante *estratégias de polidez*. De acordo com a face em perigo, teremos uma estratégia de polidez positiva, polidez negativa ou indiretividade, para os casos de perigo máximo. O objetivo sempre é manter intactas as faces dos participantes, para que a harmonia do processo interativo não seja desestruturada.

Segundo Brown e Levinson (1987), todo indivíduo mede o risco que um determinado ato de ameaça à face poderia provocar e escolhe, assim, a estratégia que melhor pode mitigar a imposição de tal ato. Nesse sentido, as formas de tratamento podem ser vistas como estratégias de atenuação da polidez linguística, servindo como verdadeiros freios ou aceleradores sociais, mitigando a imposição dos atos de fala e garantindo a harmonia da interação (MARCOTULIO, 2010).

1.3 As vantagens da compatibilização teórica: a sócio-pragmática

O aporte teórico variacionista, no tocante ao estudo do tratamento, fornece valiosas contribuições que nos possibilitam entender as regras gerais de uso em função dos papéis sociais desenvolvidos pelos participantes da interação. Definir o perfil sociolinguístico dos personagens e saber *por quem e para quem* uma determinada forma de tratamento é utilizada são de fundamental importância para o conhecimento do sistema de tratamentos em operação em um dado momento. Entretanto, interessa-nos complementar essas informações, no intuito de pormenorizar a questão. Justifica-se, assim, a necessidade de aliar a perspectiva sociolinguística à teoria pragmática, adotando uma abordagem sócio-pragmática. Tal postura nos dá elementos para explicar não só *para quem e por quem* as formas de tratamento são utilizadas, mas *o porquê* do seu emprego.

Ao abordar a diferenciação entre os estudos de natureza sociolinguística e pragmática, Levinson (1989) discute as fronteiras e os limites escopados por esses dois referenciais teóricos. Para o autor, a sociolinguística se preocupa com o valor que a forma de tratamento carrega, tendo em vista as características do falante (sua idade, sexo, escolaridade, grupo social etc.) na sua relação com o destinatário, observando os fatores linguísticos e extralinguísticos que determinam os usos variáveis. A pragmática, por sua vez, se interessa pela

justificativa de tal forma ter sido empregada e que efeito essa escolha pode ter para o destinatário da interação. Dessa forma, de acordo com Levinson (1989), os estudos pragmáticos e sociolinguísticos são exclusivos, mas podem ser complementares.

Segundo o autor, com o intuito de explicar a mensagem embutida na forma linguística, a teoria pragmática aproveita-se dos estudos sociolinguísticos. Estes descrevem em que relações as formas de tratamento são utilizadas, o que configuram os usos esperados em uma determinada sociedade. Para os usos alternantes, justifica-se uma abordagem pragmática para melhor compreendê-los. Assim, para que haja um melhor entendimento do emprego das formas de tratamento, a pragmática necessitará, ao menos, das generalizações descritivas das análises sociolinguísticas.

Essa mesma posição, de capturar o sentido do uso e sua intencionalidade / propósito comunicativo, também é advogada por Preti (2000). Para o autor, a linguagem é um componente essencial no desempenho do *papel social* do indivíduo. As escolhas linguísticas dos participantes da interação precisam ser minimamente calculadas tendo em vista o cargo social ocupado e a imagem através da qual desejam ser vistos e reconhecidos pelos outros. Nesse sentido, as formas de tratamento retratam “a maneira pela qual os interlocutores se tratam e o que pode significar na interação a escolha de uma forma em lugar de outras disponíveis no repertório linguístico”¹³.

2. Enfoque metodológico

2.1 O corpus

Para o estudo do tratamento, é necessário que o material de análise contenha a presença de interlocutores, mesmo que estes estejam ausentes fisicamente. O mais apropriado, tendo em vista as “recomendações” de um estudo sociolinguístico variacionista para a apreensão do vernáculo, seria trabalhar com textos orais. Como estamos lidando com sincronias passadas, o que temos disponível como amostra mais representativa para esse estudo são textos teatrais. Tais textos, ainda que sejam escritos, tentam, dentro dos limites possíveis, representar a língua falada. Vale dizer que, à época de Gil Vicente, os textos teatrais não eram produzidos para a leitura. O objetivo principal era a encenação. Essa era a forma pela qual o povo conhecia o trabalho dos teatrólogos.

13 Preti (2000, p. 91).

Sabemos que não estamos trabalhando com o melhor material. No entanto, estamos utilizando o material existente para o período em análise. Sobre essa questão, alguns autores defendem a utilização de obras teatrais. Para Lopes (2006),

As obras literárias, particularmente as peças teatrais, apesar de não reproduzirem a oralidade informal, são uma tentativa de reconstrução do real. O escritor, a partir da criação de diálogos (...), procura representar de forma estilizada as relações sociais de sua época. Sabe-se que não é um retrato fiel de um determinado contexto sócio-histórico, mas uma representação de uma realidade com a qual o público se identificava (LOPES, 2006, p. 191).

Prete (2000) parece corroborar com as ideias acima, e defende a utilização de peças teatrais para o estudo do tratamento:

O escritor realiza um verdadeiro processo de documentação histórica da língua, por meio de sua capacidade de criação de diálogos inspirados na realidade falada de seu tempo ou em uma época de que tem conhecimento. (...) Como as formas de tratamento constituem uma convenção estabelecida no sistema de comunicação social, a reprodução na literatura corresponde quase sempre a um dos momentos de maior integração entre a ficção e a realidade. Um escritor dificilmente imaginaria criar um diálogo em que as personagens se tratassem diferentemente da realidade da época em que vivem. (...) Seria um insuportável índice de inverossimilhança (PRETE, 2000, pp. 96-97).

Também encontramos convergência de opinião em Cintra (1972):

Nenhuma espécie de textos é preferível, para nos informar sobre este assunto [formas de tratamento], às comédias e farsas da época. São elas que, mais claramente do que qualquer outra fonte, nos provam como a preocupação com a forma de tratamento adequada não era exclusiva de Felipe II ou de João V¹⁴ e das suas cortes, mas constitui, durante séculos, uma espécie de “preocupação nacional” (CINTRA, 1972, p. 30).

14 Referência feita às legislações régias elaboradas por esses reis, nos séculos XVI e XVIII, respectivamente, que surgiram com o intuito de regulamentar o uso das formas de tratamento.

Mais particularmente em relação à obra de Gil Vicente, Cintra (1972), Faraco (1996) e Domingos (2000) argumentam em favor de sua utilização para os estudos sociolinguísticos. Para eles, as peças de Gil Vicente são consideradas o melhor retrato da sociedade portuguesa da época¹⁵.

A Farsa de Inês Pereira, utilizada como *corpus* neste trabalho, apresentada pela primeira vez em 1523, para o rei D. João III, tem como pano de fundo o ditado popular “mais vale um asno que me carregue do que um cavalo que me derrube”. Inês Pereira, personagem principal, era uma jovem sonhadora que não estava satisfeita com a vida de solteira que levava, já que tinha de ficar em casa costurando todo o dia. Uma vizinha e amiga de sua mãe, que era alcoviteira, propõe-lhe um casamento com Pero Marquez, jovem rico e dono de terras, ao qual rechaça por ser o pretendente inculto e ignorante. A pedido dos judeus casamenteiros, Inês conhece Brás da Mata, o Escudeiro, que presume ser rico, poderoso e inteligente. Após o casamento com este, Inês descobre que seu marido inventara uma farsa para conquistá-la. Além disso, é obrigada a ficar trancada em casa e sofre constantes ameaças. O casamento, no entanto, não durou muito tempo, uma vez que o Escudeiro foi morto em uma de suas viagens de guerra. Ao ver-se livre, Inês resolve aceitar o convite de Pero Marquez, que se torna seu segundo marido. Pouco tempo depois, reencontra um clérigo, por quem se engraçara em sua infância, que se torna seu amante. Estava feito, assim, o dito popular: mas valia ter na mão um “asno” tolo (Pero Marquez), capaz de suportar até mesmo a traição da mulher, que um “cavalo” grosseiro (Escudeiro).

Por fim, cabe dizer que, para a realização deste trabalho, utilizamos a edição de António José Saraiva publicada pela editora Portugalia em 1963¹⁶.

15 “O estudo do comediógrafo de D. Manuel e de João III constitui sem dúvida o documento lingüístico mais rico e mais variado que nos tenha deixado o Portugal da primeira metade do século XVI. Documento precioso, porque, precisamente por se tratar de teatro, reflete a linguagem falada da época, e a linguagem falada pelas várias camadas que constituíam a sociedade contemporânea do autor” (CINTRA, 1972, p. 43); “Documento lingüístico capaz de nos informar sobre um aspecto da estrutura do português nas primeiras décadas do século XVI” (CINTRA, 1972, p. 44).

16 VICENTE, Gil. *Teatro de Gil Vicente*. Apresentação e leitura de António José Saraiva. Lisboa: Portugalia, 1963.

2.2 Metodologia

A metodologia aplicada nesta investigação contempla dois momentos distintos. Em primeiro lugar, procederemos à análise sociolinguística variacionista, de modo a obtermos os usos mais representativos de uma determinada relação social (usos predominantes). Posteriormente, recorreremos ao auxílio da teoria pragmática, com o intuito de entender os usos alternantes das formas de tratamento.

2.2.1 As etapas da pesquisa sociolinguística e a variável dependente

No que se refere à metodologia de uma pesquisa sociolinguística, sabe-se que esta deve cumprir uma série de etapas. A primeira delas é a definição da variável dependente, ou seja, do nosso objeto de estudo.

Objetivamos, assim, estudar, na amostra selecionada, as ocorrências das formas de tratamento a somente um interlocutor. Através da breve exposição na revisão da literatura, constatamos que as formas mais produtivas, para o período em questão, são as formas *Tu* e *Vós*. Pelos limites deste trabalho, optamos por estudar somente as formas em posição de sujeito, podendo se apresentar como pronome reto (01), verbo imperativo (02) e verbo não-imperativo (03), como mostram os exemplos abaixo:

- (01) Já vós vos arrependeis? (Inês – Escudeiro)
- (02) Deitae as peas no chão. (Pero Marquez – Inês)
- (03) Judeu, queres-me leixar? (Vidal – Latão)

Sabemos que toda investigação de natureza sociolinguística somente pode ser levada a cabo se estivermos diante de um fenômeno variável. A vasta bibliografia nos mostra que tais formas de tratamento apresentam usos específicos em função do destinatário da cena comunicativa. A pergunta que se coloca é: as formas *Tu* e *Vós* poderiam ser consideradas como variáveis dependentes de um fenômeno variável? Assim, partiremos de uma comparação pelo valor referencial / função comunicativa que possuem: fazer referência à segunda pessoa do singular. Além disso, se considerarmos que a forma *Vós*, no século XVI, se apresenta em processo de dessemantização iniciado, é possível que em algumas relações sociais possa ter coexistido com a forma *Tu*.

Uma vez definida a variável dependente, procedemos à coleta dos dados na peça. O passo seguinte foi a determinação dos possíveis fatores condicionantes – variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas. Tendo em

mãos o grupo de fatores a ser testado, demos início à codificação dos dados e consequente tratamento pelo programa estatístico computacional *Goldvarb X*. Através desse programa, foi possível obter, em um primeiro momento, as frequências brutas (valores percentuais). Os dados categóricos (*Knockout*) foram retirados da análise para que somente os dados variáveis pudessem fornecer, posteriormente, a análise de regra variável (peso relativo).

Diante dos resultados oferecidos pelo programa, passamos à análise dos dados e interpretação dos resultados, o que será mostrado na seção 3 deste trabalho.

2.2.2 A delimitação das variáveis independentes

Na investigação de natureza sociolinguística, testamos, de modo a observar o que poderia condicionar o fenômeno do tratamento, tanto fatores linguísticos quanto extralinguísticos, perfazendo um total de 10 fatores testados. Quanto às variáveis independentes internas, foram considerados: (i) Modo verbal; (ii) Tempo verbal; e, por fim, (iii) Tipo de frase. Em relação às variáveis independentes externas, consideramos: (i) Relação social; (ii) Natureza da relação; (iii) Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores; (iv) Gênero do emissor; (v) Gênero do destinatário; (vi) Faixa etária do emissor; e (vii) Faixa etária do destinatário.

2.2.2.1 Variáveis independentes linguísticas

Modo verbal

Quanto ao modo verbal, analisamos se as formas verbais relativas às estratégias de tratamento se encontravam no modo Indicativo (04), Subjuntivo (05) ou Imperativo (06). Observemos os exemplos abaixo:

- (04) Pois que dizeis vós, mulher? (Pero Marquez – Inês)
- (05) Por que faças o que eu mando! (Escudeiro – Moço)
- (06) Casade-vos, filha minha. (Lianor Vaz – Inês)

A hipótese testada é a de que as formas verbais em Imperativo favoreceriam a utilização de estratégias mais formais (*Vós*), de modo a marcar distanciamento e hierarquização de poder, funcionando, nesses enunciados, como estratégias de atenuação a favor da polidez linguística (BROWN e LEVINSON, 1987).

Tempo verbal

Busca-se, com a seleção desse fator, verificar a força do tempo verbal para o uso das formas *Tu* e *Vós*. Interessava-nos, assim, saber se estavam conjugados em tempos do passado (07) ou do não-passado (08). Nossa hipótese é que o tratamento mais solidário (*Tu*) seja favorecido pelo traço [+ passado] (MOTA, 2008). O referido fator é ilustrado nos exemplos abaixo:

- (07) Vós buscastes discrição. (Escudeiro – Inês)
- (08) Escudeiro queres tu? (Mãe – Inês)

Tipo de frase

No que se refere ao tipo de frase, observamos se os enunciados que continham as formas de tratamento eram do tipo: Declarativo (9); Interrogativo (10); Exclamativo (11); ou Imperativo (12), como mostram os exemplos que seguem:

- (09) Se ficaste prenhe basta. (Lianor Vaz – Inês)
- (10) E quando queres partir? (Escudeiro – Moço)
- (11) Toda tu estás aquela! (Mãe – Inês)
- (12) Dai-me vós cá essa chave. (Inês – Moço)

Para este fator, testamos a hipótese formulada por Lucca (2005), na qual as frases interrogativas e exclamativas favorecem a ocorrência das estratégias mais íntimas, por terem um caráter mais emotivo. Assim, esperamos que tais tipos de frases favoreçam o emprego da forma *Tu*.

2.2.2.2 *Variáveis independentes extralinguísticas*

Relação social

O primeiro fator extralinguístico diz respeito às relações sociais estabelecidas entre os personagens da peça, podendo ser uma (i) relação assimétrica descendente (superior – inferior), (ii) relação assimétrica ascendente (inferior – superior) ou (iii) relação simétrica (entre membros de um mesmo grupo social).

A hipótese testada é a de que a forma *Tu* predomine nas relações assimétricas descendentes, como uma forma depreciativa capaz de marcar subordinação social; a forma *Vós*, por sua vez, será mais facilmente encontrada nas relações assimétricas ascendentes, como sinal de cortesia. Por fim, nas relações simétricas serão encontradas tanto formas *Tu* quanto *Vós*, a depender da natureza [+ íntima] ou [- íntima] da relação (LUZ, 1958; BROWN e GILMAN, 1960; CINTRA, 1972; FARACO, 1996; DOMINGOS, 2000).

Vale comentar a dificuldade que encontramos em classificar algumas relações de acordo com os eixos sociais¹⁷. A título de exemplificação, a relação que mais nos causou indecisão foi a relação estabelecida entre marido e mulher. Hoje em dia, nos grandes centros urbanos, não teríamos problema algum em classificá-la como simétrica. Entretanto, como estamos lidando com a sociedade portuguesa do início do século XVI, as dúvidas e questionamentos nos fazem refletir sobre a natureza dessas relações. Desse modo, optamos, neste trabalho, pelas seguintes classificações:

Relações sociais	Interação
Assimétrica descendente	Mãe - Inês
	Escudeiro - Moço
	Inês - Moço
	Lianor Vaz - Inês
Assimétrica ascendente	Inês - Mãe
	Latão - Inês
	Vidal - Inês
	Moço - Escudeiro
	Latão - Escudeiro
	Moço - Inês
	Inês - Lianor Vaz
Simétrica	Lianor Vaz - Mãe / Mãe - Lianor Vaz
	Latão - Vidal / Vidal - Latão
	Luzia - Inês / Inês - Luzia
	Fernando - Luzia
	Irmão de Inês - Inês
	Lianor Vaz - Pero Marquez / Pero Marquez - Lianor Vaz
	Pero Marquez - Inês / Inês - Pero Marquez
	Mãe - Pero Marquez
	Escudeiro - Inês / Inês - Escudeiro
	Mãe - Escudeiro
	Inês - Ermitão

Quadro 2. Relações sociais entre os personagens da peça.

17 Brown e Gilman (1960), ao dividir a sociedade em eixos sociais, chegam a quatro possibilidades de relações: a) assimétricas ascendentes; b) assimétricas descendentes; c) simétricas mais próximas; e d) simétricas mais distantes. Em virtude da dificuldade encontrada, preferimos não decidir se uma relação marido – mulher seria considerada como uma relação “c” ou “d”. Por esse motivo, decidimos unificar todas as relações simétricas pelo critério de não estar presente nenhum tipo de hierarquia de poder e acrescentar, à análise, outros fatores, que serão descritos a seguir, com o intuito de pormenorizar a questão.

Natureza da relação

Quanto à natureza da relação, esta pode se apresentar como (i) mais solidária ou (ii) menos solidária, de acordo com o grau de intimidade estabelecido entre os participantes da interação. A hipótese norteadora desse fator é a de que forma *Tu* seria mais utilizada no campo da intimidade [- distanciamento, + solidariedade], ao passo que a forma *Vós* estaria relacionada ao campo da cortesia [+ distanciamento, - solidariedade] (LUZ, 1958; BROWN e GILMAN, 1960; CINTRA, 1972; FARACO, 1996; DOMINGOS, 2000).

Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores

Com o objetivo de detalhar a questão das relações sociais e não fazer afirmações sem conhecimentos específicos, optamos por introduzir o fator referente à relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores, podendo ser entre: (i) mãe – filha; (ii) filha – mãe; (iii) entre amigos; (iv) sobrinha – tia; (v) tia – sobrinha; (vi) mulher – marido; (vii) marido – mulher; (viii) nora – genro; (ix) irmão – irmã; (x) entre pretendentes ao casamento [futuro marido – futura mulher]; (xi) entre pretendentes ao casamento [futura mulher – futuro marido]; (xii) futura nora – futuro genro; (xiii) súdito – nobre; (xiv) nobre – súdito; (xv) casamenteira – cliente; (xvi) cliente – casamenteira; e, por fim, (xvii) entre amantes.

Por falta de melhor rótulo, decidimos, aqui, chamar a relação entre Lianor Vaz e Inês de uma relação tia – sobrinha / sobrinha – tia, uma vez que Lianor Vaz era vizinha e amiga da mãe de Inês, e estabelecia com esta uma relação de irmandade. Optamos, também, por separar as relações estabelecidas antes dos casamentos de Inês e após estes, de modo a verificar se havia mudança nas escolhas treatmentais. Por último, chamamos de relações entre nobres e súditos as que envolviam as interações com os personagens menos favorecidos socialmente: os judeus casamenteiros (Latão e Vidal) e o Moço, criado do Escudeiro. Observemos, assim, como ficam divididas essas relações:

Relação Interpessoal estabelecida	Interação
mãe – filha	Mãe - Inês
filha – mãe	Inês - Mãe
irmão – irmã	Irmão de Inês - Inês
sobrinha – tia	Inês - Lianor Vaz
tia – sobrinha	Lianor Vaz - Inês
nora – genro	Mãe - Pero Marquez
	Mãe - Escudeiro
futura nora – futuro genro	Mãe - Pero Marquez
	Mãe - Escudeiro
mulher – marido	Inês - Pero Marquez
	Inês - Escudeiro
marido – mulher	Pero Marquez - Inês
	Escudeiro - Inês
entre pretendentes ao casamento [futuro marido – futura mulher]	Pero Marquez - Inês
	Escudeiro - Inês
entre pretendentes ao casamento [futura mulher – futuro marido]	Inês - Pero Marquez
	Inês - Escudeiro
entre amantes	Inês - Ermitão
entre amigos	Lianor Vaz - Mãe / Mãe - Lianor Vaz
	Latão - Vidal / Vidal - Latão
	Luzia - Inês / Inês - Luzia
	Fernando - Luzia
súdito – nobre	Latão - Inês
	Vidal - Inês
	Moço - Escudeiro
	Latão - Escudeiro
	Moço - Inês
nobre – súdito	Escudeiro - Moço
	Inês - Moço
casamenteira – cliente	Lianor Vaz - Pero Marquez
cliente – casamenteira	Pero Marquez - Lianor Vaz

Quadro 3. Relações interpessoais estabelecidas entre os personagens da peça.

Nossas hipóteses, para esse fator, advêm de Luz (1958) e Domingos (2000), que declaram, através de um estudo detalhado sobre as formas de tratamento no português arcaico, que a forma *Tu* é mais facilmente encontrada nas relações entre pai/mãe – filho, nobre – súdito, amigos íntimos, e em outras relações familiares que sigam o esquema pai – filho; e a forma *Vós* em relações entre filho

– pai/mãe, marido – mulher, irmãos, súdito – nobre, outras relações familiares que sigam o esquema filho – pai, amigos distantes e relações profissionais.

Gênero do emissor e do destinatário

O gênero¹⁸ do emissor e do destinatário foi também controlado, podendo este ser (i) Masculino ou (ii) Feminino. A hipótese testada para este fator é a de que a seleção de variantes que têm mais prestígio social tem forte relação com falantes do gênero feminino (ROMAINE, 1994). A mulher tenderia a usar formas de maior prestígio, nesse caso, *Vós*, ao passo que os homens dariam preferência para as formas de *Tu*. De igual maneira, esperamos que a forma *Vós* seja mais endereçada às mulheres e a forma de menor prestígio, *Tu*, aos homens.

Faixa etária do emissor e do destinatário

Por fim, os últimos fatores sociais controlados se referem à faixa etária do emissor e do destinatário: (i) Adulto e (ii) Jovem. É importante deixar claro que chegamos à classificação das faixas etárias através da descrição dos personagens feita ao longo da peça, assim como da maneira como se comportavam perante personagens que não nos deixavam dúvidas, como a Mãe (adulta) e Inês (jovem). Assim, excetuando-se a Mãe, Lianor Vaz e o Ermitão, considerados adultos, todos os demais personagens foram considerados como jovens.

Nossa hipótese é que encontraremos, no caso dos emissores, as duas formas de tratamento a depender do interlocutor. Sendo este mais jovem, a forma *Tu* será mais frequente, ao passo que a forma *Vós* ficaria reservada para a classe adulta.

3. Análise dos resultados

3.1 Distribuição geral dos dados

Foram encontrados, na peça analisada, 223 dados no total, como mostra a tabela abaixo:

Tu	Vós	Total
60 – 27%	163 – 73%	223 – 100%

Tabela 1. Dados gerais.

18 Optamos por usar a terminologia ‘gênero’, que é determinada por características socioculturais, em detrimento da terminologia mais comum dentro da sociolinguística, *sexo*, por esta definir os participantes da interação por características biológicas (MOLLICA e BRAGA, 2003).

Do total dos dados, 73% constituem exemplos de *Vós* (13), totalizando 163 ocorrências. As formas de *Tu* (14), por sua vez, totalizaram 60 ocorrências, o que corresponde a 27% dos dados. De uma forma geral, constatamos uma maior utilização da estratégia de tratamento mais cortês. Observemos os exemplos que seguem:

- (13) *Vós*, amor, quereis marido mui discreto, e de viola? (Vidal – Inês)
 (14) Como queres tu casar com fama de preguiçosa? (Mãe – Inês)

Os dados gerais em si não nos trazem muitas informações a respeito da utilização das estratégias de tratamento. Os próprios exemplos evidenciam que uma mesma personagem, Inês, recebe ora um tratamento, ora outro, de acordo com a relação estabelecida com o interlocutor.

Também foram encontrados 4 dados referentes à estratégia nominal de tratamento *Vossa Mercê*. Vejamos o exemplo abaixo:

- (15) Que manda Vossa Mercê? (Moço – Escudeiro)

É interessante notar que essa forma, como mostrado anteriormente, surge no século XV para a figura do rei e já pode ser encontrada como referência a personagens menos nobres no século XVI. Talvez seu uso ainda estivesse restrito aos membros das classes mais altas da sociedade, o que justificaria sua baixa produtividade na peça. Em virtude do número escasso de dados, decidimos, aqui, retirar tais ocorrências da análise quantitativa e analisá-las à parte qualitativamente em outra seção¹⁹.

Como um dos nossos objetivos é analisar o valor que carrega a forma *Vós*, de modo a verificar se seu processo de dessemantização já evidencia formas variantes de *Tu*, vale a pena, nesse momento, visualizar a distribuição das formas em função da natureza da relação²⁰:

19 A retirada dos dados de *Vossa Mercê* também se deu em função de querermos proceder a uma análise de regra variável. Cabe, aqui, justificar a importância de mantê-los e tratá-los à luz de uma abordagem qualitativa em virtude do objetivo maior de nosso trabalho, que é contribuir para a descrição do quadro tratamental do português do século XVI.

20 Uma vez que o fator ‘Natureza da relação’ não apresentou relevância estatística, decidimos apresentá-lo aqui, juntamente aos dados gerais, para um melhor encaminhamento da discussão.

Natureza da relação	Tu	Vós
mais solidária	38 - 55%	31 - 45%
menos solidária	22 - 14%	132 - 86%

Tabela 2. Formas de tratamento em função da natureza da relação.

Os resultados obtidos para as relações mais solidárias nos oferecem um primeiro sinal de que estamos no caminho certo. Pode-se observar, na tabela acima, que, nessas relações, em que a forma esperada seria o *Tu* íntimo, já se evidenciam 45% de ocorrências de *Vós*. Em uma primeira análise, podemos dizer que esses números nos revelam que a forma *Vós*, em pleno processo de perda de traços semânticos de cortesia, passa a ocupar, também, os terrenos de [+ intimidade, + solidariedade, - distanciamento]. Em que situações essa forma é utilizada? Em que estágio se encontra: estágio 1 (com motivação pragmática) ou estágio 2 (sem motivação pragmática, como variante de *Tu*)?

3.2 Análise da regra variável: fatores selecionados

Na análise de regra variável²¹ com todos os dados de *Tu* e *Vós* levantados, foram selecionados dois fatores extralinguísticos, a saber: (i) Gênero do Emissor e (ii) Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores²².

Cabe-nos, neste momento, fazer uma pausa para refletir um pouco mais sobre o fenômeno em análise. O fato de apenas fatores externos terem sido selecionados, na análise de regra variável, sinaliza o quão forte é a influência de fatores sociais na seleção das formas tratamentais. Esse resultado, no entanto, não nos causa espanto.

Segundo Bertolotti e Masello (2002, p. 73), as formas de tratamento merecem um tratamento diferenciado, pois, “diante de outros fenômenos linguísticos, revelam usos, costumes, valores e hierarquias sociais de uma comunidade”²³. As autoras, baseando-se em Karl Bühler, em “Teoria da linguagem”, acrescentam:

21 A rodada selecionada pelo programa computacional *Goldvarb X* oferece as seguintes informações estatísticas: *Input* = 0,829; *Log likelihood* = -33.234; e, por fim, *Significance* = 0.000.

22 A ordem de seleção dos fatores foi: (1) Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores e (2) Gênero do Emissor. Entretanto, de modo a organizar as ideias tendo em vista a discussão proposta, não os apresentaremos nesta ordem.

23 Do original, em espanhol: “Frente a otros fenómenos lingüísticos, las formas de tratamiento revelan usos, costumbres, valores y jerarquías sociales de una comunidad”. Tradução nossa.

(...) nem todas as partes da oração têm a obrigação de denominar; algumas indicam, mostram, têm capacidade dêitica e não necessitam do simbólico para significar. Entre esses signos encontramos os pronomes, que se inscrevem no chamado *campo mostrativo* da linguagem. Esse campo se distingue do *campo simbólico*, no qual se inscrevem signos linguísticos que têm uma função basicamente representativa e, em consequência, são usados para denominar. Os pronomes (...) se inscrevem, assim, no campo dêitico, setor particular da língua composto por signos cujo significado está constituído pela possibilidade de indicar (BERTOLOTTI e MASELLO, 2002, p. 75)²⁴.

Para as autoras, as formas de tratamento pronominais são “formas linguísticas com capacidade dêitica em direção às pessoas do discurso”²⁵. Mais do que isso, “são dêiticos, sem dúvida, mas são, além disso, dêiticos sociais”²⁶. Consideramos, assim, que a principal diferença entre o tratamento e ou outros fenômenos linguísticos é que, antes da produção, há de se considerar o entorno e, principalmente, o destinatário da mensagem.

As formas de tratamento parecem ser, assim, um dos fenômenos linguísticos que apresenta relações mais diretas com o social. Não é à toa que Fasold (1990:IX), em seu livro “Sociolinguistics of Language”, dedica o primeiro capítulo ao seu estudo, por considerar que, para demonstrar as influências sociais na linguagem, vale a pena observar as formas de tratamento já que “as formas linguísticas envolvidas são simples, limitadas em número e sua distribuição é quase totalmente condicionada por fatores sociais”. Nesse sentido, “as

24 Do original, em espanhol: “(...) no todas las partes de la oración tienen la obligación de denominar; algunas indican, señalan, tienen capacidad deíctica y no necesitan de lo simbólico para significar. Entre estos signos encontramos los pronombres, que se inscriben en el así llamado *campo mostrativo* del lenguaje. Este campo se distingue del *campo simbólico*, en el que se inscriben signos lingüísticos que tienen una función básicamente representativa y en consecuencia se los usa para denominar. Los pronombres (...) se inscriben pues, en el campo deíctico, sector particular de la lengua conformado por signos cuyo significado está constituido por la posibilidad de indicar”. Tradução nossa.

25 Do original, em espanhol: “formas lingüísticas con capacidad deíctica hacia las personas del discurso” (BERTOLOTTI e MASELLO, 2002, p. 75). Tradução nossa.

26 Do original, em espanhol: “son deícticos, sin duda, pero son además, deícticos sociales” (BERTOLOTTI e MASELLO, 2002, p. 76). Tradução nossa.

formas de tratamento representam o ponto fundamental, mais claramente, da sociolinguística: o contexto social é uma influência importante na linguagem e em seu uso²⁷.

As subseções a seguir apresentam os resultados. O valor de aplicação é *Tu*.

3.2.1 Gênero do emissor

Um dos fatores extralinguísticos selecionados foi o gênero do emissor. A hipótese testada é a de que a seleção de variantes que têm mais prestígio social tem forte relação com falantes do gênero feminino (ROMAINE, 1994). A mulher tenderia a usar formas de maior prestígio, nesse caso, *Vós*, ao passo que os homens dariam preferência para as formas de *Tu*. Vejamos a tabela que segue:

Gênero do emissor	Tu	Vós	P.R.
Masculino	35 – 28%	91 – 72%	.72
Feminino	25 – 26%	72 – 74%	.22

Tabela 3. Formas de tratamento em função do gênero do emissor.

Através da análise dos valores percentuais, constatamos que tanto os homens (16) quanto as mulheres (17) utilizam mais frequentemente a forma *Vós*, com 72% e 74% das ocorrências, respectivamente, como mostram os seguintes exemplos:

- (16) Que quereis, minha mulher? (Pero Marquez – Inês Pereira)
(17) Como estais, Inês Pereira? (Lianor Vaz – Inês Pereira)

No entanto, os valores referentes aos pesos relativos corroboram com a nossa hipótese. Constatamos, assim, que quando o emissor é um homem, a forma *Tu* é favorecida (.72); o gênero feminino, por sua vez, favorece a utilização da forma *Vós*.

Consoante Lopes e Machado (2005, p. 55), “o comportamento diferenciado quanto ao gênero parece estar correlacionado ao papel social da mulher na sociedade da época”. No começo do século XVI, o comportamento social feminino aponta para um desejo de ascensão social (SARAIVA, 1993), fato

27 Do original, em inglês: “the linguistic forms involved are simple, limited in number and their distribution is almost totally directed by social factors. Address forms make the fundamental point in sociolinguistics clearly: social context is an important influence on language and language use”. Tradução nossa.

que pode ser evidenciado pela preferência por estratégias de maior prestígio, marcadas pelo conteúdo de formalidade, o que marca ativamente uma diferenciação em relação à forma preferida pelos homens, que tende mais para o plano da intimidade, como um marcador de solidariedade de grupo.

Como estamos lidando com um fenômeno linguístico que reflete diretamente a figura do interlocutor, vale a pena, de modo a obtermos mais informações a respeito do fator acima analisado, visualizarmos a utilização das formas de tratamento em função tanto do gênero do emissor quanto do destinatário²⁸. Vejamos o que nos diz a tabela abaixo:

Gênero do emissor	Gênero do destinatário			
	Feminino		Masculino	
	Tu	Vós	Tu	Vós
Feminino	24 - 47%	27 - 53%	1 - 2%	45 - 98%
Masculino	1 - 1%	77 - 99%	34 - 71%	14 - 29%

Tabela 4. Formas de tratamento em função dos gêneros do emissor e do destinatário.

Através da tabela acima apresentada, observamos que quando uma mulher se dirige tanto a homens (98%) quanto a mulheres (53%), a forma predominante é *Vós*. Por outro lado, tal comportamento não se verifica com personagens do gênero masculino. Estes, ao se dirigirem a uma mulher, utilizam mais a forma *Vós* (99%), ao passo que, quando se dirigem a outros homens, predomina o *Tu* (71%).

Esses resultados nos ajudam a entender melhor essa questão. Como demonstrado, a forma *Vós* parece ser favorecida pela figura da mulher (emissor). Ademais, parece ser também a forma preferida para se tratar a uma mulher. Nesse momento, podemos pensar que, além de utilizarem as formas de mais prestígio dentre a série de tratamentos disponível para a classe social em questão, a figura feminina também é vista com um certo distanciamento, o que confirma a questão colocada por Luz (1958) sobre o tratamento cortês dado à mulher durante a Idade Média.

28 O fator 'Gênero do destinatário' não apresentou significância estatística. Optamos, assim, por realizar um cruzamento de dados, possibilitado pela ferramenta "Cross Tabulation" do programa computacional, entre os gêneros do emissor e destinatário.

3.2.2 Relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores

Uma vez que estamos abordando relações sociais entre os personagens da peça, antes de introduzir o fator selecionado, vale a pena observarmos como as formas de tratamento se distribuem em função dos eixos hierárquicos sociais:

Relação social	Tu	Vós
Assimétrica ascendente	-	36 - 100%
Assimétrica descendente	44 - 66%	23 - 34%
Simétrica	16 - 13%	104 - 87%

Tabela 5. Formas de tratamento em função das relações hierárquicas sociais.

Podemos constatar, pela leitura da tabela acima, que os resultados obtidos nas relações assimétricas ascendentes (inferior – superior) e assimétricas descendentes (superior – inferior) atuam conforme o previsto, com predomínio das formas *Vós* (100%) e *Tu* (66%), respectivamente. Chama a atenção, no entanto, uma taxa significativa (34%) dos dados de utilização da forma de cortesia nas relações dirigidas a postos inferiores na hierarquia social. Reservaremos a análise desses dados para um momento posterior, em que detectaremos em que tipo de relação interpessoal estabelecida esses dados ocorrem. Por ora, concentremos nossa atenção apenas nos resultados gerais.

Quanto às relações simétricas (entre membros de um mesmo grupo social), também, conforme esperado, encontramos a presença das duas formas de tratamento: *Tu* (13%) e *Vós* (87%). Como descrito por Brown e Gilman (1960), esse tipo de relação social apresenta duas subdivisões: a) [+ íntima, + solidária, - distante] e b) [- íntima, - solidária, + distante]. Através de um cruzamento de dados com o fator ‘Natureza da relação’, obtivemos os resultados a seguir:

Relação simétrica	Tu	Vós
mais solidária	16 - 76%	5 - 24%
menos solidária	-	99 - 100%

Tabela 6. Formas de tratamento em função da natureza das relações simétricas.

Os resultados acima também confirmam nossas hipóteses, de que a forma mais cortês *Vós* seria mais facilmente encontrada em relações menos solidárias (100%), ao passo que a forma *Tu* estaria reservada para as relações de maior intimidade (76%).

Em poucas palavras, retomemos o questionamento acima feito e coloquemos uma pergunta a ser respondida posteriormente: Como explicar os 34% de *Vós* nas relações assimétricas descendentes e os 24% nas relações simétricas mais solidárias? Como sabemos, tais relações tendem para o campo da subordinação social e intimidade, respectivamente. Estaríamos diante de variantes de *Tu*? Em busca dessas respostas, procederemos, agora, à análise do fator selecionado pela regra variável, na tentativa de elucidar essas questões.

No tocante às relações interpessoais estabelecidas entre os interlocutores, temos os seguintes resultados:

Relação interpessoal estabelecida	Tu	Vós	P.R.
mãe – filha	17 - 85%	3 - 15%	.80
filha – mãe	-	6 - 100%	-
irmão – irmã	-	4 - 100%	-
sobrinha – tia	-	2 - 100%	-
tia – sobrinha	5 - 25%	15 - 75%	.19
nora – genro	-	2 - 100%	-
futura nora – futuro genro	-	2 - 100%	-
mulher – marido	-	23 - 100%	-
marido – mulher	-	32 - 100%	-
entre pretendentes ao casamento [futuro marido – futura mulher]	-	24 - 100%	-
entre pretendentes ao casamento [futura mulher – futuro marido]	-	5 - 100%	-
entre amantes	-	6 - 100%	-
entre amigos	16 - 94%	1 - 6%	.73
súdito – nobre	-	28 - 100%	-
nobre – súdito	22 - 82%	5 - 18%	.36
casamenteira – cliente	-	4 - 100%	-
cliente – casamenteira	-	1 - 100%	-

Tabela 7. Formas de tratamento em função das relações interpessoais estabelecidas entre os interlocutores.

A tabela acima começa a esclarecer algumas questões. Podemos observar, a partir de sua leitura, que o uso da forma mais cortês de tratamento, nas relações assimétricas descendentes, localiza-se nas trocas interativas entre mãe – filha,

tia – sobrinha e nobre – súdito. Nas relações simétricas mais solidárias, esse uso se restringe às relações entre amigos.

Para a análise desses tipos de relações entre os personagens, partimos da hipótese elaborada a partir de Domingos (2000) e Luz (1958), de que relações entre pai/mãe – filho, nobre – súdito, amigos íntimos e outras relações familiares que sigam o esquema pai – filho favoreceriam o emprego da forma *Tu*. Por outro lado, a forma *Vós* seria mais facilmente evidenciada em relações entre filho – pai/mãe, marido – mulher, irmãos, súdito – nobre, outras relações familiares que sigam o esquema filho – pai, amigos distantes e relações profissionais.

Através da leitura da tabela, podemos ver que nossa hipótese se confirma em grande parte dos casos. As relações entre mãe – filha (18), nobre – súdito (19) e entre amigos (20) apresentam maior predomínio da forma *Tu*, com 85%, 82% e 94% das ocorrências, respectivamente, como mostram os exemplos abaixo:

- (18) Não te apresses tu, Inês. (Mãe – Inês: mãe – filha)
- (19) Tu hás-de ficar aqui. (Escudeiro – Moço: nobre – súdito)
- (20) Leixa-me falar. Ou falas tu? (Latão – Vidal: entre amigos)

As duas primeiras relações exemplificadas, por constituírem uma relação assimétrica descendente (superior – inferior) apresentam um uso tratamental distinto da terceira relação que se configura como simétrica mais solidária. O primeiro uso revela o que Cintra (1972) descreve como *Tu* depreciativo, em relações em que a hierarquia de poder está envolvida, como uma marca de inferioridade. Já o segundo retrata, para o mesmo autor, o campo da intimidade, demonstrando um trato mais solidário.

Nas relações entre irmão – irmã (21), sobrinha – tia (22), marido / pretendente – mulher / pretendente (23), entre amantes (24), súdito – nobre (25), e relações profissionais (casamenteira – cliente) (26), nossa hipótese também foi confirmada, sendo a forma *Vós* categórica em todas essas relações. Vejamos os exemplos a seguir:

- (21) Esforçai o coração. (Irmão de Inês – Inês: entre irmãos)
- (22) Isso me haveis de dizer? (Inês – Lianor Vaz: sobrinha – tia)
- (23) Contai uma história, marido. (Inês – Pero Marquez: entre marido e mulher)
- (24) Que bem sabeis vós pedir! (Inês – Ermitão: entre amantes)
- (25) Vós sempre zombais assi. (Moço – Escudeiro: súdito – nobre)
- (26) Abraçai Inês Pereira. (Lianor Vaz – Pero Marquez: casamenteira – cliente)

No entanto, em algumas relações, nossa hipótese não pôde ser confirmada. Ao observarmos os valores percentuais, apenas três relações diferem do esperado, a saber: (i) tia – sobrinha (27), (ii) nora – genro (28) e (iii) futura nora – futuro genro. Em princípio, por serem relações que envolvem uma hierarquia etária, esperávamos encontrar uma maior ocorrência da forma *Tu*. O que se observa, no entanto, é que a forma *Vós* se apresenta como a estratégia mais produtiva, com 75% dos dados na primeira relação e 100% nas demais. Observemos os exemplos:

(27) Dai isso por esquecido. (Lianor Vaz – Inês: tia – sobrinha)

(28) Que amado sejais no céu. (Mãe – Escudeiro: nora – genro)

Se adotarmos a leitura de que a forma *Vós* opera no campo da cortesia em relações mais distantes, talvez não resultasse difícil compreender o porquê do tratamento mais cortês nas relações entre a nora / futura nora e o genro / futuro genro. Como os personagens de Inês e os maridos – Escudeiro e Pero Marquez – se conhecem e se casam em seguida, é provável que a relação estabelecida entre os esposos e a mãe de sua mulher seja realmente marcada pelo distanciamento. É interessante observar que não há variação se considerarmos os diálogos antes e após o casamento, o que nos leva a crer que essa é realmente a estratégia preferida para esse tipo de relação.

O mesmo não acontece entre Lianor Vaz e Inês. Se a forma *Vós* fosse categórica, como nas relações anteriormente descritas, não teríamos dúvida de que o distanciamento reclamaria uma forma mais cortês. Ainda que essa seja a preferida (75%), podemos encontrar 25%, que correspondem a 5 dados, de ocorrências da forma *Tu*. Que tipo de relação há entre essas personagens? O que prevalece nessa interação: a intimidade ou o distanciamento?

Essa dúvida também é reforçada pela análise da regra variável. Como dito na seção da metodologia, os dados categóricos foram retirados da análise. Assim, temos os valores de peso relativo: (i) mãe – filha (.80), (ii) entre amigos (.73), (iii) tia – sobrinha (.19) e, por fim, (iv) nobre – súdito (.36). Os valores do peso relativo confirmam os resultados percentuais nas relações (i), (ii) e (iii). Nas duas primeiras relações, a forma *Tu* é favorecida, como já se esperava, levando-se em consideração nossas hipóteses de trabalho. Na relação entre tia – sobrinha, a forma *Vós* é, “misteriosamente”, favorecida. Entretanto, na relação entre nobre – súdito, o valor do peso relativo difere do valor bruto. Observamos, assim, que esse tipo de relação favorece a forma mais cortês *Vós*. O que explicariam esses resultados?

Se observarmos o cruzamento de dados feito a partir dessas relações e o gênero do emissor, algumas pistas para o entendimento do sistema de tratamentos começam a aparecer:

Gênero do emissor	Relação: nobre - súdito	
	Tu	Vós
Masculino	21 - 91%	2 - 9%
Feminino	1 - 25%	3 - 75%

Tabela 8. Formas de tratamento em função do gênero do emissor nas relações entre nobre – súdito.

Constatamos, assim, que o uso mais significativo da forma *Vós* nesse tipo de relação advém do gênero feminino, com 75% das ocorrências. O que levaria uma mulher a tratar alguém hierarquicamente inferior por uma forma cortês? Haveria algum tipo de motivação para esse uso?

Como visto, a análise sociolinguística nos mostra que a forma *Vós* passa a ocupar domínios em que a forma *Tu* era categórica. Verifica-se, assim, um caso de variação de formas. Cabe-nos, no entanto, a pergunta: qual é a natureza da variação? Poderíamos atribuir o mesmo valor de verdade às formas *Tu* e *Vós*? Como explicar esses usos?

Na busca dessas respostas, é hora de partir para uma análise de cunho pragmático. Em síntese, procuraremos responder às seguintes questões:

- (i) Como explicar o uso de *Vós* nas relações entre mãe – filha e entre amigos?
- (ii) O que nos dizem os dados de *Vós* nas relações entre nobre – súdito?
- (iii) Por que haveria predomínio da forma *Vós* na relação tia – sobrinha?

3.3 Pormenorizando a questão: a abordagem pragmática

Faz-se necessário deixar claro que, ao adotarmos uma perspectiva pragmática para a análise dos dados, estamos ressaltando a importância de entender a *língua em uso* e o *efeito* que o uso de determinadas formas linguísticas pode ter em uma determinada situação comunicativa.

Partimos, assim, de uma nova leitura para as formas de tratamento (BROWN e LEVINSON, 1987; MARCOTULIO, 2010) e passamos a vê-las não somente como formas que são utilizadas para fazer referência ao interlocutor; funcionam, também, como estratégias de atenuação da imposição dos atos de

linguagem, trabalhando a favor da preservação das faces e, conseqüentemente, da harmonia do processo interativo. Em outras palavras, são recursos da polidez linguística.

3.3.1 *Uso de Vós nas relações assimétricas descendentes*

3.3.1.1 *A relação <mãe – filha>*

Na peça analisada, podemos observar que a relação estabelecida entre a Mãe e Inês é bastante próxima. Prova disso é a maior utilização de formas *Tu*, que além de sinalizar diferença hierárquica, também atua como uma estratégia do campo da intimidade:

(29) Casa, filha, muit' embora.

No decorrer da peça, a Mãe, vendo que Inês estava insatisfeita de ficar em casa todo o dia costurando, incentiva-a a conseguir um casamento. Na sociedade portuguesa do século XVI, conforme aponta Saraiva (1993), o casamento era visto como um negócio, capaz de render bons frutos para as famílias dos pretendentes. Nessa negociação, os requisitos analisados eram, entre outros, a condição social do pretendente, sua origem e suas riquezas em dinheiro e em terras.

Como Inês estava interessada em mudar sua condição de vida, decide escolher o Escudeiro como primeiro marido, pois, além de considerá-lo educado e inteligente, também era detentor de um pequeno lote de terra²⁹. Depois de realizado o casamento, a Mãe dirige-se para Inês e diz:

(30) Ficai com Deus, filha minha. Não virei cá tão asinha. A minha bênção hajais. Esta casa em que ficais vos dou, e vou-me à casinha.

A mudança no tratamento, que passa a ser mais cortês, pode ser explicada levando-se em consideração a mudança de papel social pela qual passa Inês. Antes, era sua filha em busca de um marido que pudesse dar-lhe mais alegrias; agora, esposa de um Escudeiro rico, detentor de posses que poderia, até mesmo, ajudá-la financeiramente. Através dessa reorganização estrutural, o par <Mãe – Inês> deixa de constituir uma relação assimétrica descendente.

²⁹ Na verdade, o Escudeiro não detinha posses, mas presumia tê-las. A situação estabelecida era de tentar enganar Inês para que pudesse conseguir o casamento.

Não podemos precisar ao certo se a conversão se direciona para uma relação oposta (assimétrica ascendente), mas, no mínimo, podemos cogitar a hipótese, mais segura a nosso ver, de que estaríamos diante de uma relação simétrica. Ainda que existisse intimidade entre os interlocutores, com a mudança do papel social, mudam também as expectativas em relação ao novo posto na sociedade.

O exemplo acima apresentado com a utilização de formas *Vós* constitui um ato de linguagem com valor ilocucionário³⁰ de desejo / oferecimento. Quando proferimos um desejo ou oferecimento a alguém, não sabemos, ao certo, se o nosso interlocutor os aceita. Se realizarmos o ato sem nenhum tipo de mitigação, talvez haja um ataque às faces dos participantes e a interação não será considerada exitosa. Tais atos de linguagem são caracterizados por adentrar o território do outro, afetando sua liberdade de ação, ameaçando, assim, a face negativa do interlocutor. De modo a suavizar a imposição desse ato e garantir que o processo interativo aconteça em harmonia, utiliza-se uma estratégia de tratamento mais cortês (*Vós*) como uma estratégia de polidez negativa.

3.3.1.2 *A relação <tia – sobrinha>*

Os diálogos entre as personagens de Lianor Vaz e Inês acontecem em dois momentos da peça. Como aquela era alcoviteira, traz, num primeiro momento, a notícia de que havia um homem interessado em Inês, mas esse casamento não acontece. Já no final da peça, após Inês ter conseguido se livrar do primeiro marido (Escudeiro), Lianor Vaz novamente tenta fazer o enlace amoroso, conseguindo êxito na segunda tentativa.

Na ocasião da chegada da carta do pretendente, no começo da peça, podemos ler:

(31) E sabedes vós ler? Lede a carta sem dó.

Observamos a utilização da estratégia cortês de tratamento. Como dito na seção de metodologia, optamos por chamar a relação entre Lianor Vaz e Inês de uma relação <tia – sobrinha>. Por falta de melhor classificação, entendemos, através da caracterização dos personagens, que a relação que Lianor Vaz tinha com a mãe de Inês era de longa data. Além de vizinhas, eram também amigas.

30 Para a noção de ato de linguagem, partimos da concepção de que os atos podem ser divididos em três categorias: a) *locucionários* (atos de “dizer qualquer coisa”); b) *ilocucionários* (atos efetuados ao “dizer qualquer coisa”); e c) *perlocucionários* (atos efetuados “pelo fato de dizer qualquer coisa”) (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004).

Uma vez que a faixa etária de Lianor Vaz parecia igualar-se com a da Mãe, decidimos classificar essa relação como assimétrica descendente. Nesse sentido, a forma de tratamento esperada seria a estratégia *Tu*.

Não sabemos dizer se essa decisão foi acertada, já que a forma de tratamento, em virtude dos valores percentuais e de peso relativo, que parece ser a estratégia predominante é realmente o *Vós*. Talvez esse seja um caso particular demais para encontrarmos explicação; ou até mesmo que, ainda que fosse amiga da mãe de Inês, a relação com a filha de sua amiga se desse através do maior distanciamento.

Com base nos resultados obtidos, somos levados a acreditar que a forma *Vós* configura-se como o uso esperado para essa relação (75%). Por que haveria, então, a utilização da estratégia de intimidade (25%)? Se entendermos o emprego de *Tu* como estratégia alternante, podemos buscar motivações pragmáticas que justifiquem seu uso. Vejamos a passagem a seguir, que retrata um pedido de Lianor Vaz a Inês para que esta se renda aos braços de Pero Marquez:

(32) Casa, filha, que te preste, Não percas a ocasião. Queres casar a prazer no tempo d'agora, Inês? Antes casa, em que te pês, Que não é tempo d'escolher.

Essa passagem nos serve para observarmos o porquê da utilização de *Tu*. A alcoviteira faz um pedido para Inês; no entanto, esse pedido é feito na forma de um ato de linguagem com valor ilocucionário de conselho, para que Inês não perca a oportunidade.

Todo ser humano constrói uma imagem de si e é esta a maneira pela qual quer ser visto pela sociedade. Todos os sentimentos, valores, costumes e atitudes que sustentamos compõem a nossa face positiva. Quando um interlocutor recebe um conselho de alguém, de certa forma, o conselho seria uma estratégia de mostrar que a linha de conduta adotada pode ser outra e que, talvez, outras atitudes podem oferecer melhores resultados. Assim, um ato de linguagem com valor de conselho funciona como um ato ameaçador à face positiva do interlocutor. De modo a mitigar essa imposição, segundo Brown e Levinson (1987), pode-se optar, desde que o objetivo seja resguardar as faces envolvidas na interação, por uma estratégia mais íntima, como marca de solidariedade, mostrando pertencimento ao mesmo grupo social. Justifica-se, pois, a utilização da forma *Tu* como uma estratégia de polidez positiva.

3.3.1.3 A relação <nobre – súdito>

Nas ocasiões em que os nobres se dirigem aos súditos, há claramente uma hierarquia de poder, o que faz com que classifiquemos essa relação como assimétrica descendente. Como uso esperado para essas relações, temos a forma *Tu*. Cabe-nos, aqui, tentar entender os contextos em que a estratégia mais cortês foi utilizada.

Como observado na tabela 8, o uso configurado como forma alternante (*Vós*) parece ser mais produtivo quando produzido por mulheres. Todos esses dados advêm da relação Inês – Moço. O personagem masculino era criado do Escudeiro, primeiro marido de Inês. Após casar com a moça, o Escudeiro revela toda a verdade, e se mostra como um homem falido e extremamente arrogante, obrigando Inês a viver presa em casa, como em um verdadeiro cativo. Em uma de suas viagens de batalhas, o Escudeiro ordena que o Moço tome conta de Inês. Passados três meses, chega uma carta para Inês, enviada por seu irmão, na qual Inês é informada sobre a morte de seu marido. Ao chegar com a correspondência em casa, Inês diz ao Moço:

(33) Mostrai cá, meu guarda-mor.

A forma de tratamento, que antes do casamento era *Tu* passa a ser *Vós*. Parece-nos que, igualmente ao caso da relação entre Inês e sua mãe, aqui também há modificações nos papéis sociais dos personagens. O Moço, como criado de seu marido, consequentemente passava a ser criado de Inês também, numa relação de servidão e obediência. Entretanto, na situação descrita, é ele quem detém o poder, ou seja, as chaves da casa em que está encarcerada:

(34) Dai-me vós cá essa chave (Inês – Moço).

Como os papéis se invertem, agora é Inês quem se encontra em uma posição de subordinação ao Moço, devendo-lhe respeito. Os dois atos de linguagem apresentados nos exemplos (33) e (34) constituem exemplos de pedidos/ordens. Tais atos ameaçam a face negativa do interlocutor, uma vez que seu território e liberdade de ação estão em jogo. Dessa forma, a utilização de uma estratégia mais cortês contribui para a mitigação da imposição do ato ameaçador à face, configurando-se um exemplo de polidez negativa, como sinal de respeito e deferência.

Os dados com a forma cortês produzidos por um emissor do gênero masculino são da relação Escudeiro – Moço. Antes de conhecer Inês, a pedido dos judeus casamenteiros, o Escudeiro combina com seu súdito uma determinada cena para parecer que possui dinheiro e terras. Na cena acordada, o principal objetivo era fazer com que o Escudeiro parecesse ser o homem mais interessante da região. Ao entrar na casa de Inês, o Escudeiro começa a enumerar suas qualidades e em um determinado momento, temos:

- (35) Escudeiro: Moço, que estais lá olhando?
 Moço: Que manda Vossa Mercê?
 Escudeiro: Que venhais cá.
 Moço: Pera quê?
 Escudeiro: Por que faças o que eu mando!
 Moço: Logo vou.

Em toda a peça, é clara a relação de subordinação do Moço ao Escudeiro, o que garante que aquele seja tratado por *Tu*. No diálogo acima apresentado, vemos que, por fazer parte da encenação previamente combinada, o Moço recebe uma forma de tratamento mais cortês (*Vós*). Talvez, naquele momento, fosse interessante mostrar a Inês que o tratamento entre seu pretendente e seu criado era mais respeitoso do que o habitual. Em resposta ao *Vós*, o Moço utiliza uma estratégia ainda mais formal, a forma nominal de tratamento *Vossa Mercê*³¹.

Entretanto, os dois personagens não conseguem sustentar a cena armada e ao ser questionado sobre uma ordem, que nesse contexto assume uma roupagem de “pedido”, o Escudeiro muda bruscamente o tom e volta ao tratamento original *Tu*, deixando entremostar quem realmente tem poder.

Diante das máscaras adotadas, entendemos que a utilização da forma *Vós* na relação Escudeiro – Moço remarca o papel social do súdito, como um membro digno de respeito e cortesia. A forma de tratamento cortês, aqui considerada como estratégia alternante, funciona, assim, como uma estratégia de polidez por parte do nobre para incluir o criado em seu mesmo grupo social, sendo merecedor de um tratamento igual.

31 Ainda que as estratégias nominais que levam o verbo à terceira pessoa não sejam o foco do trabalho, nesse momento, sentimos a necessidade de introduzi-la na explicação de modo a esclarecer a cena comunicativa em questão. Segundo Cintra (1972, p. 56), “quanto a *Vossa Mercê*, encontramos-la, em Gil Vicente, alternando com *Vós*, (...), mas usado com certa parcimônia, sempre que um personagem deseja mostrar-se particularmente cortês para com outro pertencente àquilo que poderemos considerar a pequena burguesia das grandes cidades”.

3.3.2 *Uso de Vós nas relações simétricas solidárias <entre amigos>*

Dentre os usos de *Vós* em relações simétricas mais solidárias, teríamos de explicar cinco ocorrências. No entanto, quatro delas pertencem à relação entre o irmão de Inês e Inês. Como descrito por Luz (1958), esse era realmente o tratamento esperado nesse tipo de relação; assim, resta-nos observar uma ocorrência que acontece entre as amigas Lianor Vaz – Mãe.

As relações mais solidárias são marcadas pelo emprego da estratégia de mais intimidade, *Tu*. É exatamente esse uso que predomina na relação das amigas. No entanto, no início da peça, ao adentrar a casa de Inês, Lianor Vaz chega esbaforida, contando o que acabara de suceder: no caminho, fora abordada sexualmente por um clérigo. O diálogo entre as amigas deixa-nos entender que, ainda que estivesse correndo risco, Lianor Vaz não estava descontente pela situação, uma vez que era solteira e não conseguia nenhum pretendente.

Em determinado momento da conversa, preocupada com a amiga, a Mãe diz:

(36) Vistes vós tamanho mal?

O ato de linguagem proferido pela Mãe apresenta uma força ilocucionária de repreensão, como se estivesse chamando sua atenção por não ter fugido imediatamente do religioso. A forma mais cortês de tratamento funciona, assim, como uma estratégia a favor da polidez positiva, já que o que está em foco, aqui, são os atributos morais e as atitudes do interlocutor. Além disso, quando queremos chamar a atenção de alguém, geralmente elevamos a pessoa a uma categoria social superior, de modo a atribuir-lhe mais responsabilidade por seus atos.

3.4 **Sistematizando os resultados**

Procuramos demonstrar, através da análise de base laboviana, a variação existente entre as formas *Tu* e *Vós*. Ao identificarmos as variáveis favorecedoras da variação, ficou evidente que esta é altamente dependente de fatores sociais.

No tocante à análise de regra variável, os fatores (i) gênero do emissor e (ii) relação interpessoal estabelecida entre os interlocutores foram selecionados como estatisticamente relevantes. No primeiro grupo, personagens masculinos favorecem a forma *Tu*, ao passo que a forma *Vós* é favorecida pelas mulheres. Já no que se refere às relações interpessoais, constatamos que a forma *Tu* é

favorecida pelas relações entre amigos e mãe – filha; a forma *Vós*, por sua vez, é favorecida pelas relações nobre – súdito e tia – sobrinha.

A análise qualitativa de cunho pragmático nos mostrou que os usos não esperados para as relações que apresentavam variação, que chamamos de formas alternantes, estavam condicionados por fatores de natureza pragmática, de modo a manter intacta a face dos participantes da interação.

De uma forma geral, confirmamos os resultados encontrados por Luz (1958), Cintra (1972), Faraco (1996) e Domingos (2000), que assim podem ser sistematizados, em função das relações hierárquicas sociais:

Relação social	Forma de tratamento
Assimétrica ascendente	Vós
Assimétrica descendente	Tu
Simétrica mais solidária	Tu
Simétrica menos solidária	Vós

Quadro 4. Sistematização dos resultados.

A forma *Vós* carregava ainda uma carga semântica de cortesia e distanciamento, original do latim, evidenciado nas relações assimétricas ascendentes e simétricas menos solidárias. Já se encontrava também em outros tipos de relação – assimétricas descendentes e simétricas solidárias – ao lado da forma *Tu*, mas com um uso motivado pragmaticamente, não sendo, ainda, uma ‘variante perfeita’ de *Tu*. Esse resultado só nos foi possível graças ao arcabouço teórico da pragmática.

Em suma, a análise sociolinguística nos mostra que a forma *Vós* coexiste, em algumas relações, com a forma *Tu*, o que evidencia seu processo de dessemantização. Porém, somente a abordagem pragmática é capaz de mostrar que esse *Vós* ainda se encontra em um primeiro estágio, não podendo, portanto, ser considerada ‘variante perfeita’ de *Tu*.

Conclusão

A peça de Gil Vicente ‘Farsa de Inês Pereira’ se mostrou de grande valia para o estudo em questão. Através da interação e da produção linguística dos personagens, acreditamos que conseguimos capturar não a realidade, mas uma leitura do que pode ter sido a sociedade portuguesa do início dos Quinhentos.

Em função dos limites do nosso *corpus*, não podemos fazer generalizações. A partir dos nossos dados, podemos dizer que os resultados encontrados nos

fornecem elementos que apontam para a viabilidade de nossa hipótese central. De uma forma geral, a forma *Vós*, sendo usada preferencialmente nas relações simétricas menos solidárias e nas relações assimétricas ascendentes, permite entremostrear um caráter de respeito e cortesia herdado da forma original latina *Vos*. Ainda que haja concorrentes, como as estratégias nominais de 3ª pessoa, ao menos nas classes sociais intermediárias e mais baixas, o *Vós* parece ser a forma preferida para expressar cortesia. Por outro lado, a forma *Tu* fica reservada para o campo da intimidade, em relações assimétricas descendentes e simétricas mais solidárias.

Como dito, qualquer tipo de generalização seria infundada em função do pequeno número de dados. Entretanto, podemos pensar que a forma *Vós*, ao percorrer o trajeto de perda de conteúdo semântico de distanciamento, respeito e cortesia, vai se tornando, aos poucos, variante de *Tu*, ainda que haja diferenças pragmáticas em relação ao uso das formas. A forma *Tu*, assim, fica relegada para algumas relações da intimidade e para as relações assimétricas descendentes.

Com a entrada das formas de tratamento nominais no sistema, consideradas as mais cortesias, a forma *Vós* se encontra ‘deslocada’, já que não consegue mais sustentar uma alta carga de deferência e nem ser uma variante de *Tu* no plano da intimidade. Talvez por isso, nos séculos seguintes, seu uso tenha sido cada vez menor, tornando-se um traço arcaizante no século XVIII.

Referências bibliográficas

- BARCIA, L. R. *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BERTOLOTTI, V.; MASELLO, L. Estudios contrastivos: fórmulas y formas de tratamiento en español y en portugués. In.: MASELLO, L. (org.). *Español como lengua extranjera. Aspectos descriptivos y metodológicos*. Montevideo: Facultad de Humanidades, 2002, p. 73-94.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. In.: SEBOK, T.A. (ed.). *Style in Language*. Massachusetts: Ed. MIT Press, 1960, p. 253-276.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University, 1987.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

- CINTRA, Luís F. Lindley. *Sobre <<Formas de Tratamento>> na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- DOMINGOS, Tânia Regina Eduardo. *Pronomes de tratamento do português do século XVI – uma gramática de uso*. São Paulo: Annablume; Rondônia: Unir, 2000.
- ESCANDELL VIDAL, M. Victoria. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel Lingüística, 2002.
- FARACO, C. A. O tratamento *Você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*. Curitiba: Ed. da UFPR, n. 13, 1996, p. 51-82.
- FASOLD, Ralph. *Sociolinguistics of language*. Cambridge: Blackwell, 1990.
- GOFFMAN, Erving. A Elaboração da face - Uma análise dos elementos rituais da interação social. In.: FIGUEIRA, S. (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança lingüística. In.: LOBO, T. et al (orgs.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, volume VI, 2006, p. 505-530.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LAVANDERA, Beatriz. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. New York: Cambridge University Press, 1989.
- LOPES, Célia R. dos S. Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In.: LOPES, C.; CIAPUSCIO, G.; KAISER, D.; JUNGBLUTH, K. (orgs.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert / Biblioteca Ibero-americana, 2006, p. 187-214.
- LOPES, Célia R. dos S.; CAVALCANTE, Silvia. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Lingüística*. Madrid, v. 25, 2011, pp.30-65.
- LOPES, Célia R. dos S.; MACHADO, Ana Carolina M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre segunda e terceira pessoas nas cartas das avós. In.: LOPES, C. (org.). *Norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2005, p. 45-66.

- LUCCA, N. N. G. *A variação tu/você na fala brasiliense*. 2005. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- LUZ, Marilina. Fórmulas de tratamento no português arcaico – subsídios para o seu estudo. *Separata da Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra: Ed. Casa do Castelo, vols. VII, VIII e IX. 1958.
- MACHADO, A. C. M. *A implementação de “você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. 2006. 108f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MARCOTULIO, Leonardo L. *Língua e História: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010.
- MARCOTULIO, L. L. *Vossa Mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português*. 2012. 252f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MOTA, Maria Alice. *A variação dos pronomes TU e VOCÊ no português oral de São João da Ponte (MG)*. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- PRETI, Dino. Papéis sociais e formas de tratamento em A Ilustre Casa de Ramires, de Eça de Queiroz. In.: BERRINI, B. (org.). *A Ilustre Casa de Ramires – Cem anos*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 85-109.
- ROMAINE, Suzanne. *Language in society*. An introduction to sociolinguistics. New York: Oxford University Press, 1994.
- RUMEU, M. C. de B. *Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. 2004. 250f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RUMEU, Márcia C. de B. *Língua e Sociedade: a história do pronome “Você” no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.
- SARAIVA, José Herculano. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1993.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*. Austin-London: University of Texas Press, 1968.

Recebido em 2 de julho de 2014.

Aceito em 21 de agosto de 2014.